

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA
REALIZADA NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 2013**

Ao 9º dia do mês de outubro de 2013, às 10 horas, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência - na sua sede, à Rua da Quitanda nº 106, 3º andar. Verificada a presença de quórum, instalou-se a reunião presidida pelo Sr. Levy Pinto de Castro Filho, e secretariada pela Sra. Manuella Ramos Faria, com a seguinte pauta: **Item 1. Leitura, Discussão e votação da sessão anterior. Item 2. Distribuição aos Conselheiros dos trabalhos referentes aos Exames dos Balancetes dos meses de julho, agosto e setembro. Item 3. Assuntos Diversos.** O Presidente do Conselho, Sr. Levy Pinto de Castro Filho, deu as boas vindas a todos. A reunião iniciou-se com o **Item 3.** O Assessor de Conformidade da Gerência de Administração (GAD), Mario Rodrigues Magalhães, explicou os procedimentos da análise de conformidade nos processos administrativos e o funcionamento da Gerência de Controle e Auditoria (GCIA). De acordo com dados apresentados pelo Sr. Mario Magalhães, no período de 20 de junho a 31 de julho de 2013 foi verificada a conformidade de 185 (cento e oitenta e cinco) processos administrativos, o equivalente a 6,17 (seis vírgula dezessete) processos por dia útil, dentre os quais poucos continham inconsistências. O Gerente de Controle e Auditoria, José Roberto de Oliveira, ressaltou a importância de se criar nos servidores a cultura de leitura dos Manuais Normativos do Rioprevidência. É necessário que cada um dos servidores envolvidos no processo tenha esse cuidado. O Sr. Mario Magalhães continuou a apresentação com dados referentes à análise quantitativa de processos em conformidade: dos processos administrativos analisados, 161 (cento e sessenta e um) estavam em conformidade o que equivale a 87,03% (oitenta e sete vírgula zero três por cento) do total avaliado, enquanto 24 (vinte e quatro), o equivalente a 12,97% (doze vírgula noventa e sete por cento) continham inconsistências e retornaram as respectivas gerências para que fossem feita as correções. Segundo o Assessor, a maioria das inconsistências foi verificada em processos com Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), no total de nove processos administrativos, o que, segundo o Sr. Mario Magalhães, seria razoável dado que a análise foi realizada em cerca de 70 (setenta) documentos; em segundo lugar as Diárias de viagem, cuja maioria das inconsistências é referente a erros de cálculo das cotas de traslado. O Sr. Mario Magalhães argumentou que alguns erros são provenientes da falta de leitura dos Manuais Normativos. O Sr. Walter Luiz Monteiro Heil questionou a nomenclatura "cálculo confuso" nos dados apresentados pelo Assessor de Conformidade da GAD. O Sr. Mario Magalhães esclareceu que esta denominação serve apenas para explicar os casos em que um valor é calculado pelo servidor e inserido no

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA
REALIZADA NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 2013**

processo, mas a publicação é de outra quantia. Desta forma, é solicitado esclarecimento ao servidor. O Sr. José Roberto de Oliveira informou que o objetivo é saber como foi alcançado determinado valor em cada processo, e, em certos casos, se o servidor realmente tem direito àquela quantia. O Gerente de Tesouraria, Robson Leite de Albuquerque, lembrou que os processos de DEA são antigos, a maioria proveniente do Instituto de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ e que demandam muita atenção por parte dos setores envolvidos. O Sr. Mario Magalhães concluiu a apresentação considerando que o índice dos processos que não estão em Conformidade está em patamar razoável, porque é muito difícil alcançar o índice de 100% (cem por cento) de Conformidade. Segundo o Assessor, os riscos podem ser mitigados, mas não totalmente eliminados, e quanto maior o controle maior a probabilidade em mitigar os riscos. O Sr. José Roberto de Oliveira apresentou a inserção do Portfólio de Riscos nos Manuais Normativos do Rioprevidência, procedimento já aprovado pela Diretoria Executiva do Fundo, e informou que o Rioprevidência irá contratar uma empresa para construção do modelo de Gestão de Risco. O Gerente continuou a apresentação mostrando o Planejamento Estratégico da GCIA para 2013 e seu cumprimento, e falando da importância da redução de riscos. Segundo o Sr. José Roberto de Oliveira, atualmente existem 23 (vinte e três) processos pendentes de pensão ou aposentadoria a serem encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e um ofício resposta ao Ministério Público. Segundo o Sr. José Roberto de Oliveira, o maior problema é a demora dos outros órgãos no repasse dos processos, porque eles não dependem somente de ações do Rioprevidência para serem encaminhados ao TCE. O servidor destacou, ainda, que os 63 (sessenta e três) Manuais Normativos do Rioprevidência publicados até a presente data alcançaram 66% (sessenta e seis por cento) da meta de Planejamento Estratégico para 2013. O Sr. Walter Luiz Monteiro Heil indagou a respeito da Carteira de Imóveis da Autarquia. O Sr. José Roberto respondeu que alguns imóveis foram devolvidos ao Governo do Estado por não gerarem retorno financeiro ao Fundo, e que a Carteira de Imóveis, atualmente, soma aproximadamente R\$ 238 milhões (duzentos e trinta e oito milhões de reais). O Sr. José Roberto de Oliveira exibiu a Matriz de Determinações do TCE da Prestação de Contas do Governador do ano de 2012 e as ações para o seu cumprimento. O Sr. Levy de Castro Filho perguntou quantas das Determinações elencadas pelo TCE couberam ao Rioprevidência. O Gerente de Controle e Auditoria respondeu que são em número de seis. O Sr. Levy de Castro Filho indagou a respeito do funcionamento da Fundação de Previdência

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA
REALIZADA NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 2013**

Complementar do Estado do Rio de Janeiro – RJPrev e o Sr. José Roberto de Oliveira explicou como se deu a Segregação de Massas e a instituição da RJPrev. **Item 1.** O Presidente do Conselho, Sr. Levy de Castro Filho, sugeriu que fosse dispensada a leitura da ata anterior e que se passasse à votação da mesma. Todos os membros se manifestaram de acordo com a ata da 25ª Reunião do CONFIS. **Item 2.** O Gerente de Controladoria, Milton Gusmão do Nascimento, disse que verificou que foram enviados aos Conselheiros os Balancetes dos meses de junho, julho e agosto para reunião e explicou como são analisados os Balancetes sintéticos que foram disponibilizados com antecedência aos Conselheiros. O Sr. Milton do Nascimento sugeriu que, devido à quantidade de transações diárias, caso haja dúvida com relação aos dados apresentados no Balancete Sintético os Conselheiros poderiam solicitar a abertura das Contas por amostragem como é feito para a Auditoria Geral do Estado (AGE). O Sr. Levy de Castro Filho concordou com o que foi dito. O Gerente de Controladoria, então, informou que os membros dos Conselhos Fiscais anteriores analisavam os Balancetes Sintéticos, e disse que se algum dos membros do presente Conselho quiser ter acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) será disponibilizado. O Sr. Levy de Castro Filho e a Sra. Manuella Ramos Faria solicitaram acesso ao SIAFEM. Desta forma, o Sr. Milton do Nascimento solicitou a Sra. Alessandra Baldner Pontes que entrasse em contato com ambos os membros do Conselho para a coleta de dados pessoais de forma a realizar o acesso ao Sistema. O Assessor de Risco da Diretoria de Investimentos, Carlos Augusto Bastos Fernandes, apresentou os processos com movimentações financeiras do Rioprevidência, em conformidade com a Resolução 3922/2010 do Conselho Monetário Nacional (CMN) restrita aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O Sr. Levy de Castro Filho indagou se a avaliação do Conselho Fiscal seria inserida em algum processo administrativo. O Sr. Milton do Nascimento respondeu que não, e que a avaliação ficaria na pasta do CONFIS. O Sr. Carlos Augusto Fernandes falou sobre as aplicações do Rioprevidência, os recursos provenientes dos Royalties do Petróleo e Participações Especiais, a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária, e os procedimentos de complementação de informações e de encaminhamento de processos administrativos à GCIA para análise. O Sr. José Roberto de Oliveira enfatizou que as tomadas de decisão para aplicações dos recursos na Autarquia obedecem a um trâmite, e que mensalmente é feita a reunião do Comitê de Investimentos. O Sr. Carlos Augusto Fernandes completou a informação afirmando que todas as operações são traçadas pelo Comitê de

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA
REALIZADA NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 2013**

Investimentos e colocadas em prática no mês subsequente. O Sr. Levy de Castro Filho indagou se o Balancete referente ao mês de junho já houvera sido analisado. A Sra. Alessandra Pontes se comprometeu a verificar a informação. O Sr. Levy de Castro Filho solicitou o envio do Balancete referente ao mês de setembro, e o Sr. Milton do Nascimento se comprometeu a disponibilizar o documento assim que ele estivesse pronto. O Sr. José Roberto de Oliveira solicitou aos membros efetivos deste Conselho Fiscal que participassem como ouvintes das reuniões do Comitê de Investimentos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, em comum acordo com os demais membros, encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Manuella Ramos Faria, lavrei a ata que será assinada pelos demais membros deste Conselho Fiscal.

Walter Luiz Monteiro Heil
Membro Efetivo

Manuella Ramos Faria
Secretário

Levy Pinto de Castro Filho
Presidente do Conselho